

Diário Oficial do Municipio Oficial do Oficial do

Prefeitura Municipal de Uibaí

segunda-feira, 25 de julho de 2022

Ano XII - Edição nº 01325 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Uibaí publica



Avenida Pedro Joaquim Machado, S/N | S/N | Centro | Uibaí-Ba

www.pmuibai.ba.ipmbrasil.org.br

SUMÁRIO

_	DECDETO	NI0 0/17/2022

Avenida Pedro Joaquim Machado, S/N | S/N | Centro | Uibaí-Ba www.pmuibai.ba.ipmbrasil.org.br

Pregão Presenc	cial				
PREFEITURA MUNICIPAL DE UIBAÍ CNPJ (MF) N° 14.140.701/0001-30 RESULTADO DO JULGAMENTO O pregoeiro torna público o resultado do julgamento referente à Licitação: Pregão Presencial nº 016/2022. Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de veículos para atender as diversas Secretarias deste Município. Após o julgamento da proposta e análise documental, declara-se vencedora do certame a empresa: TOP + SOLUÇÕES LTDA, CNPJ N° 32.623.533/0001-16. JARBAS					
DA SILVA SOARES – Pregoeiro.					
Avenida Pedro Joaquim Machado, S/N S/N Centro Uibaí-Ba					

Diário Oficial do **Município** 004

Prefeitura Municipal de Uibaí

Decreto



Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL DE UIBAÍ - BA **GABINETE DO PREFEITO** CNPJ: 14.140.701/000130



DECRETO Nº 047/2022, DE 20 DE JULHO DE 2022.

Adota a IN RFB nº 1.234/2012 para fins de IRRF nas Contratações de Bens e na Prestação de Serviços realizadas pelo Município de Uibaí/BA, e dá outras providências.

Ubiraci Rocha Levi, Prefeito do Município de Uibaí, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto no art. 158, inciso I, da Constituição da República, que atribui aos Municípios a titularidade do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem:

Considerando a tese fixada no Tema nº 1130 da Repercussão Geral que deu interpretação conforme à Constituição Federal do art. 64 da Lei Federal nº 9.430/1996 para atribuir aos Municípios a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços e possibilitar a utilização do mesmo regramento aplicado pela União, no caso, a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012;

Considerando por fim, que o Imposto de Renda Retido na Fonte é de competência mensal, o que exige a imediata adequação dos procedimentos para fins de aplicação do novo regramento aos contratos em curso com vistas a assegurar o cumprimento do disposto no art. 11 da LRF (LC nº 101/2000),

DECRETA:

Art. 1º Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município de Uibaí, Estado da Bahia, em todas as suas contratações, com pessoas jurídicas deverá observar o disposto no art. 64 da

1



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE UIBAÍ — BA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 14.140.701/000130



Lei Federal nº 9.430/1996 e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, ou a que vier a substitui-la.

- § 1º Para fins do caput, a partir de 1º de agosto de 2022, todas as liquidações de despesa deverão considerar os procedimentos aplicáveis ao IRRF da IN RFB nº 1.234/2012 na definição da incidência ou não de retenção de IR e do montante retido.
- § 2º A Tesouraria Municipal passará a efetuar o registro do IRRF como receita orçamentária do Município em todas as liquidações de despesas realizadas a partir do início do prazo do §1º deste artigo.
- Art. 2º Todos os contratados deverão ser notificados do disposto neste Decreto para que, quando do faturamento dos bens e serviços prestados, passem a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 a fim de viabilizar o cumprimento do art. 1º deste Decreto.
- § 1º A notificação de que trata o caput será feita pela Secretaria Municipal de Fazenda e deverá ocorrer até 29 de julho de 2022 devendo abranger:
- I Todas as pessoas jurídicas com contrato vigente;
- II As concessionárias de serviços públicos, em especial as de energia elétrica, telefonia e correios;
- III Fornecedores de bens e serviços sem contrato vigente cuja regularidade de contratação justifique o envio da notificação;
- IV Bancos, cooperativas de crédito e instituições financeiras assemelhadas nas quais o Município possua contrato de relacionamento.
- § 2º A notificação obedecerá ao Anexo II deste Decreto e poderá ser operacionalizada por meio de correspondência com aviso de recebimento ou e-mail com confirmação de leitura ou recebimento.
- § 3º A notificação enviada aos contratados abrangidos pelos incisos I, II, III e IV do § 1º deste artigo será acompanhada de cópia deste Decreto.
- Art. 3º Durante o processo de liquidação da despesa, poderão ser rejeitados os documentos fiscais em desacordo com as exigências da IN RFB nº 1.234/2012, devendo o fornecedor retificar o documento ou apresentar outro sem as impropriedades identificadas, ficando suspenso o processo de liquidação até o saneamento.

2



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE UIBAÍ — BA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 14.140.701/000130



Art. 4º Os responsáveis pela elaboração das minutas de editais de licitação e de contratos incluirão nesses instrumentos cláusula prevendo a aplicação da IN RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substitui-la nos termos deste Decreto.

Art. 5º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Uibaí, Estado da Bahia, em 20 julho de 2022.

Ubiraci Rocha Levi Prefeito Municipal

3



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE UIBAÍ — BA

GABINETE DO PREFEITO

CNPJ: 14.140.701/000130



ANEXO I - TABELA DE RETENÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.234/2012 ANEXO II - NOTIFICAÇÃO AOS FORNECEDORES.

ANEXO I - TABELA DE RETENÇÃO DA IN RFB № 1.234/2012

NATUREZA DO DEM CORNECIDO OU DO CERVICO RECTADO	ALÍQUOTAS				PERCENTUAL A SER	CÓDIGO DA
NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO (01)		CSLL (03)	COFINS (04)	PIS/PASEP (05)	APLICADO (06)	RECEITA (07)
Alimentação; Energia elétrica; Serviços prestados com emprego de materiais; Construção Civil por empreitada com emprego de materiais; Serviços hospitalares de que trata o art. 30; Serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatológia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas de que trata o art. 31. Transporte de cargas, exceto os relacionados no código 8767; Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal adquiridos de produtor, importador, distribuidor ou varejista, exceto os relacionados no código 8767; e Mercadorias e bens em geral.	1,2	1,0	3,0	0,65	5,85	6147
Gasolina, inclusive de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), combustíveis derivados de petróleo ou de gás natural, querosene de aviação (QAV), e demais produtos derivados de petróleo, adquiridos de refinarias de petróleo, de demais produtores, de importadores, de distribuidor ou varejista, pelos órgãos da administração pública de que trata o caput do art. 19; Alcool etílico hidratado, inclusive para fins carburantes, adquirido diretamente de produtor, importador ou distribuidor de que trata o art. 20; Biodiesel adquirido de produtor ou importador, de que trata o art. 21.	0,24	1,0	3,0	0,65	4,89	9060
Gasolina, exceto gasolina de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), derivados de petróleo ou de gás natural e querosene de aviação adquiridos de distribuidores e comerciantes varejistas; Álcool etílico hidratado nacional, inclusive para fins carburantes adquirido de comerciante varejista; Biodiesel adquirido de distribuidores e comerciantes varejistas; Biodiesel adquirido de produtor detentor regular do selo "Combustível Social", fabricado a partir de mamona ou fruto, caroço ou amêndoa de palma produzidos nas regiões norte e nordeste e no semiárido, por agricultor familiar enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	0,24	1,0	0,0	0,0	1,24	8739

4



Estado da Bahia PREFEITURA MUNICIPAL DE UIBAÍ – BA GABINETE DO PREFEITO



GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 14.140.701/000130

• Transporte internacional de cargas efetuado por empresas nacionais;
• Estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, converção e reperso do embarcaçãos

nacionais; • Estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro (REB), instituído pela Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997; • Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal a que se refere o § 1º do art. 22, adquiridos de distribuidores e de comerciantes varejistas; • Produtos a que se refere o § 2º do art. 22; • Produtos de que tratam as alíneas "c" a "k"do inciso I do art. 5º; • Outros produtos ou serviços beneficiados com isenção, não incidência ou alíquotas zero da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no § 5º do art. 2º.	1,2	1,0	0,0	0,0	2,2	8767	
 Passagens aéreas, rodoviárias e demais serviços de transporte de passageiros, inclusive, tarifa de embarque, exceto as relacionadas no código 8850. 	2,4	1,0	3,0	0,65	7,05	6175	
Transporte internacional de passageiros efetuado por empresas nacionais.	2,4	1,0	0,0	0,0	3,4	8850	
Serviços prestados por associações profissionais ou assemelhadas e cooperativas.	0,0	1,0	3,0	0,65	4,65	8863	
Serviços prestados por bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; Seguro saúde.	2,40	1,0	3,0	0,65	7,05	6188	
Serviços de abastecimento de água; Telefone; Correio e telégrafos; Vigilância; Limpeza; Locação de mão de obra; Intermediação de negócios; Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; Factoring; Plano de saúde humano, veterinário ou odontológico com valores fixos por servidor, por empregado ou por animal; Demais serviços.	4,8	1,0	3,0	0,65	9,45	6190	

5



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE UIBAÍ — BA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 14.140.701/000130



ANEXO II - NOTIFICAÇÃO AOS FORNECEDORES

NOTIFICAÇÃO

Sr.(a) Fornecedor(a)

Ubiraci Rocha Levi, Prefeito Municipal de Uibaí, Estado do Bahia, no uso de suas atribuições legais, e considerando o art. 2º do Decreto Municipal nº 047, de 20 de julho de 2022 e a Repercussão Geral Tema nº 1.130, do STF, NOTIFICA Vossa Senhoria de que:

O Município passará a aplicar a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, para fins de retenção de Imposto de Renda em seus pagamentos. Desta forma, para todos os documentos fiscais emitidos a partir da data mencionada, deverão ser observadas as disposições da citada Instrução Normativa quanto ao Imposto de Renda.

Ressaltamos que, não serão feitas retenções de CSLL, PIS/PASEP ou COFINS, apenas a retenção de IR será feita, se for o caso, nos moldes da citada Instrução Normativa.

Portanto, revisamos a necessidade de que Vossa Senhoria observe as regras da IN RFB nº 1.234/2012 em todos os documentos fiscais emitidos para o Município de Uibaí/BA, inclusive quanto ao correto destaque do valor de IR a ser retido.

ATENÇÃO: pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES Nacional/MEI não estarão sujeitas à retenção de IR. Outrossim, quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao Setor Contábil pelo e-mail: tributos_uibai@hotmail.com.

Atenciosamente,

Ubiraci Rocha Levi Prefeito Municipal

6